

Senado vai definir amanhã regra para negociar dívida

Andrei Meireles

Carlos Menandro 10.08.89

Com o aval das lideranças partidárias e da equipe econômica do Governo, o Senado Federal deverá aprovar, amanhã, um projeto de resolução de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, considerado no Congresso Nacional e no Executivo peça fundamental para respaldar a difícil negociação da dívida externa brasileira com os bancos credores. O projeto inviabiliza o atendimento pelos negociadores brasileiros de algumas das principais exigências dos credores como o pagamento, mesmo que simbólico, de uma parte dos juros atrasados. Hoje, a ministra Zélia Cardoso de Mello fará uma exposição no Senado sobre a proposta feita pelo Brasil aos bancos credores.

O projeto de resolução estabelece quatro pontos importantes que deverão desagradar aos credores. São eles: o pagamento dos serviços da dívida externa só poderá ser feito através de recursos obtidos com o superávit fiscal e previstos no Orçamento da União; o governo fica obrigado a manter nível de reservas cambiais mínimo para quatro meses de importação, equivalente a US\$ 8 ou US\$ 9 bilhões; o governo brasileiro fica proibido de pagar os juros atrasados antes da assinatura do acordo definitivo com os bancos credores; e os contratos assinados com os credores terão de ser submetidos ao Senado Federal.

Cacife

O Senado Federal, que adquiriu com a nova Constituição o direito de dar a palavra final na negociação da dívida externa, inclusive estabelecendo critérios e condicionamentos, usará, agora, pela primeira vez, essa prerrogativa. Segundo Fernando Henrique, com isto, o cacife dos negociadores brasileiros nos entendimentos com os credores será muito maior.

O projeto de resolução de Fernando Henrique teve seus pontos



Para Fernando Henrique, critérios aumentarão cacife do Brasil

principais previamente negociados com o secretário de Política Econômica, Antônio Vandir, e com o embaixador Jário Dauster, chefe da equipe negociadora com os credores. E, no Congresso Nacional, tem o apoio das principais lideranças partidárias no Senado Federal.

As legislações internas e as exigências dos legislativos dos países-sedes dos bancos credores sempre foram usadas na mesa de negocia-

ções com os devedores como uma arma para que não fossem feitas maiores concessões. Agora, com a posição a ser adotada pelo Senado, a decisão do Legislativo brasileiro será usada como uma arma a favor dos negociadores brasileiros, que poderão descartar, por exemplo, a exigência do pagamento de juros atrasados com a simples alegação de que isto seria ilegal.